

**#CADÊOSYANOMAMI:
O ATIVISMO DIGITAL E A COBERTURA DA IMPRENSA EM RORAIMA**

**#WHEREARETHEYANOMAMI:
DIGITAL ACTIVISM AND MEDIA COVERAGE IN RORAIMA**

**#DÓNDEESTÁNLOSYANOMAMI:
ATIVISMO DIGITAL Y COBERTURA DE LA PRENSA EN RORAIMA**

*Vanessa Fabiola Fernandes da Silva¹
Vilso Junior Santi²*

Resumo: Esta pesquisa analisou o papel do ativismo digital na promoção da visibilidade do caso *#CadêOsYanomami*, bem como a capacidade da imprensa local (*FolhaBV* e *G1 Roraima*) de responder às demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil. O estudo também investigou o impacto do ciberativismo na formação de narrativas, em comparação com a cobertura midiática dos portais. A pergunta central no trabalho foi: de que forma o ativismo digital e a imprensa local contribuíram para aumentar a visibilidade em relação ao caso *#CadêOsYanomami*? A metodologia adotada foi qualitativa, com análise de conteúdo das notícias dos portais e postagens no *X-Twitter* relacionadas ao caso, além de entrevistas com as editoras dos dois veículos locais (*FolhaBV* e *G1 Roraima*). Como resultado, o estudo evidenciou a complexidade das relações entre a imprensa e o ativismo digital em contextos de mobilização social, revelando tanto os desafios quanto as potências dessa interação. Constatamos, ainda, que tal cruzamento não deve ser compreendido como uma oposição, mas como um espaço de interações possíveis, onde diferentes formas de produção e circulação de sentido podem se complementar na promoção de uma ação pública mais qualificada, informada e socialmente engajada.

Palavras-chave: *#CadêOsYanomami*; Povos Indígenas; Ativismo Digital; Cobertura Midiática; Redes Sociais.

Abstract: This research analyzed the role of digital activism in promoting visibility for the case *#CadêOsYanomami*, as well as the capacity of the local press (*FolhaBV* and *G1 Roraima*) to respond to the demands of social movements and civil society. The study also investigated the impact of cyberactivism on narrative formation, in comparison to the media coverage provided by news portals. The central question guiding the research was: in what ways did digital activism and the local press contribute to increasing visibility regarding the *#CadêOsYanomami* case? The methodology adopted was qualitative, combining content analysis of news coverage from the two portals and posts on *X-Twitter* related to the case, along with interviews with the editors-in-chief of *FolhaBV* and *G1 Roraima*. As a result, the study highlighted the complexity of the relationship between the press and digital activism in

¹ Jornalista profissional diplomada, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: fanessavernandes@gmail.com.

² Professor-Pesquisador no Doutorado em Rede do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), no Mestrado em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRR) e no Curso de Graduação em Jornalismo (CCJ-UFRR). Email: vjsanti@gmail.com.

contexts of social mobilization, revealing both the challenges and the potential of this interaction. It also showed that this intersection should not be seen as a contradiction, but rather as a space of possible interaction, where different forms of meaning production and circulation can complement one another in fostering a more informed, qualified, and socially engaged public action.

Keywords: #CadêOsYanomami; Indigenous Peoples; Digital Activism; Media Coverage; Social Networks.

Resumen: Esta investigación analizó el papel del activismo digital en la promoción de la visibilidad del caso #CadêOsYanomami, así como la capacidad de la prensa local (*FolhaBV* y *G1 Roraima*) para responder a las demandas de los movimientos sociales y de la sociedad civil. El estudio también investigó el impacto del ciberactivismo en la construcción de narrativas, en comparación con la cobertura mediática de los portales. La pregunta central del trabajo fue: ¿de qué manera el activismo digital y la prensa local contribuyeron a aumentar la visibilidad del caso #CadêOsYanomami? La metodología adoptada fue cualitativa, con análisis de contenido de las noticias publicadas en los portales y de las publicaciones en *X-Twitter* relacionadas con el caso, además de entrevistas con las editoras de ambos medios locales (*FolhaBV* y *G1 Roraima*). Como resultado, el estudio evidenció la complejidad de las relaciones entre la prensa y el activismo digital en contextos de movilización social, revelando tanto los desafíos como el potencial de esta interacción. Asimismo, se constató que este cruce no debe entenderse como una oposición, sino como un espacio de posibles interacciones, donde distintas formas de producción y circulación de sentido pueden complementarse para promover una acción pública más calificada, informada y socialmente comprometida.

Palabras clave: #CadêOsYanomami; Pueblos Indígenas; Activismo Digital; Cobertura Mediática; Redes Sociales.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar o papel do ciberativismo na promoção da visibilidade do caso #CadêOsYanomami em paralelo a cobertura realizada pela imprensa de Roraima, mais especificamente os portais *FolhaBV*³ e *G1 Roraima*⁴, focando no papel de ambos (do ativismo digital e da imprensa roraimense) durante a divulgação do caso que cobrou respostas sobre o desaparecimento da Comunidade Aracaçá, na Terra Indígena Yanomami⁵.

O desaparecimento foi constatado em uma visita in loco à Comunidade pela Polícia Federal, pois o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condisi-YY), Júnior Hekurari Yanomami, havia relatado que uma menina de 12 anos de

³ Disponível em <https://folhabv.com.br/>. Acesso em 15 de maio de 2025.

⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/>. Acesso em 15 de maio de 2025.

⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/26/menina-ianomami-de-12-anos-morre-apos-ser-estuprada-por-garimpeiros-afirma-lideranca.ghml>. Acesso em 15 de maio de 2025.

Aracaçá morreu após ser estuprada por garimpeiros – conforme informações de indígenas que vivem próximo da comunidade. A história foi divulgada na noite do dia 25 de abril de 2022.

O problema da pesquisa envolveu a pergunta: de que forma o ativismo digital e a imprensa local (*FolhaBV* e *GI Roraima*) contribuíram para aumentar a visibilidade em relação ao caso *#CadêOsYanomami*? Com a pesquisa, buscamos também responder a uma série de outros questionamentos como: de que forma a imprensa de Roraima e o ativismo digital se articularam no processo de cobertura e mobilização em torno do caso? Quais foram as fontes mobilizadas tanto pelos veículos de imprensa quanto pelos ativistas? Quais os principais desafios enfrentados por ambos durante a cobertura do caso *#CadêOsYanomami*?

A partir dessas perguntas, foi possível identificar o contexto histórico, comunicacional e político desse episódio que marcou a história recente de Roraima. De forma mais específica, o estudo procurou compreender as estratégias utilizadas, as motivações e os resultados alcançados tanto pela imprensa quanto pelo movimento de ativismo digital; verificar como se deu a produção das matérias sobre o caso no *GI Roraima* e na *FolhaBV*; identificar os desafios, benefícios e limitações da mobilização em torno do caso; e, apontar possibilidades de aprimoramento das estratégias empregadas, contribuindo para o fortalecimento da atuação conjunta da imprensa e do ativismo digital na defesa dos direitos dos povos indígenas.

As metodologias utilizadas na pesquisa seguiram as orientações de Mezzaroba e Monteiro (2016). Nela foram empregadas a análise de conteúdo (Krippendorff, 2013; Bardin, 2016), a pesquisa bibliográfica, o inventário documental e entrevistas como técnicas de coleta e análise de dados (Marconi e Lakatos, 2003). A pesquisa adotou também uma abordagem qualitativa (Yang, 2016; Andrade, 2017), com base na análise de conteúdo de notícias e postagens no X-Twitter relacionadas ao caso *#CadêOsYanomami*.

Foram coletados dados sobre a cobertura dos portais *FolhaBV* e *GI Roraima*, com foco nas abordagens utilizadas tanto pela imprensa quanto pelo ativismo digital para pressionar as autoridades a tomar providências diante do desaparecimento da Comunidade Aracaçá. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as editoras da *FolhaBV* e do *GI Roraima* que atuaram diretamente na cobertura do caso (Marconi e Lakatos, 2003). O objetivo foi compreender como essas profissionais avaliam o papel da imprensa e do ativismo digital na visibilidade do caso e na cobrança de respostas diante da situação vivida pelos Yanomami.

Para isso, a estrutura da discussão foi organizada em torno de tópicos centrais. No primeiro, abordamos a era das redes, explorando as interações entre as mídias sociais e a

dinâmica social mais ampla (Lemos, 2002; Bauman 2013; Di Felice, 2017; Castells, 2017 etc.); e, o ciberativismo, explorando as relações entre o ativismo político e social e as tecnologias digitais (Bruno, 2008; Milhomens, 2022; Gohn, 2013; Malini e Antoun (2013); Ricci, 2013; Gerbaudo, 2021 etc.).

Em seguida abordamos as vozes digitais que circularam no *X-Twitter*, com uma análise exploratória da hashtag *#CadêOsYanomami* e de suas variantes, evidenciando como essa plataforma não atua apenas como espaço discursivo de denúncia, mas também como território de mobilização social. Essa compreensão dialoga com os aportes teóricos de autores como Jenkins (2008), Malini e Antoun (2013), Krippendorff (2013), Bruns e Burgess (2015), Yang (2016), Castells (2017), Gerbaudo (2021), entre outros.

Na sequência, direcionamos o foco à perspectiva jornalística, com ênfase nos portais *G1 Roraima* e *FolhaBV*, analisando suas práticas editoriais e refletindo sobre o papel desses veículos na construção das narrativas públicas e na configuração da cobertura jornalística regional. Apresentamos as características do corpus coletado, a quantidade de matérias publicadas e as interpretações formuladas a partir desse material. Para sustentar essa análise, recorremos a autores como Tuchman (1978), Beltrão (1980), Bucci (2000), Muniz Sodré (2002), Berger (2003), Barbosa (2004), Machado (2006), Christofolletti (2021), entre outros.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a complexidade das relações entre a imprensa e o ativismo digital em contextos de mobilização social, revelando tanto os desafios quanto as potencialidades dessa interação. Observamos que esse cruzamento não deve ser compreendido como um embate entre esferas distintas, mas como um território de interações possíveis, em que distintas formas de produção e circulação de sentido podem se complementar na promoção de uma ação pública mais qualificada, informada e socialmente engajada.

Esperamos que os achados desta investigação contribuam para o fortalecimento do papel da imprensa e do ativismo digital na defesa dos direitos dos povos indígenas, bem como para a ampliação da consciência social sobre a importância de exigir respostas efetivas das autoridades diante de violações de direitos humanos. Além disso, o estudo visa registrar e interpretar criticamente um episódio emblemático da história recente de Roraima, oferecendo subsídios analíticos para futuras pesquisas e para práticas comunicacionais comprometidas com a justiça social, o respeito à diversidade e o protagonismo dos povos originários.

Ao articular elementos sobre as dinâmicas entre mídia, redes sociais e mobilização pública, acreditamos que esta pesquisa contribui para a construção de narrativas mais éticas, plurais e sensíveis às vozes historicamente silenciadas.

AS REDES E O ATIVISMO DIGITAL

Conforme Lemos (2002), a chamada cibercultura corresponde à configuração cultural contemporânea, profundamente marcada pelas tecnologias digitais. É a realidade que vivenciamos hoje por meio de práticas como internet banking, votação eletrônica, declaração de imposto de renda online, uso de celulares e redes sociais. Esses exemplos evidenciam como a cibercultura está presente no nosso cotidiano. Tal contexto, conforme Lemos (2002), redefine as relações sociais, pois a cooperação e a conectividade se tornam fundamentais para a dinâmica social atual. Ele ressalta ainda que a cibercultura ultrapassa o simples uso da internet: trata-se de um conjunto de práticas e valores que emergem da interação entre indivíduos, moldando uma nova cultura de redes. Essa cultura se caracteriza pela conectividade, interatividade e pela descentralidade da produção e circulação de informações.

Nesse contexto, Castells (2017) argumenta que a internet e as tecnologias digitais têm possibilitado a formação de redes horizontais e globais, por meio das quais indivíduos podem se mobilizar e se organizar em torno de causas e demandas sociais. Ao analisar diversos movimentos sociais contemporâneos, o autor destaca o papel central das redes sociais digitais em sua constituição e desenvolvimento, apontando que elas provocaram uma mudança significativa na dinâmica política e social, ao promover novas formas de participação e engajamento político. Para Castells (2017), a comunicação em rede tornou-se a principal forma de interação entre indivíduos e organizações na sociedade atual, o que inaugura uma nova lógica organizacional. Essa transformação impõe desafios à política institucional, que precisa lidar com a complexidade, a fluidez e a velocidade das transformações sociais mediadas pelas tecnologias digitais.

Entretanto, como adverte Bauman (2013), nesse cenário, é necessário reconhecer que há uma imbricação recíproca entre as tecnologias digitais e os processos sociais. Em um movimento contínuo e recursivo, as mídias sociais são, então, ao mesmo tempo, produto e produtor de relações sociotécnicas e subjetividades. Nesse sentido, as ecologias de interações, das quais participam essas tecnologias, formam um mecanismo complexo e não linear de subjetivação, em que os limites entre o social, o técnico e o subjetivo se tornam cada vez mais difusos.

Nessa era o ciberativismo configura-se então como uma vertente do ativismo que utiliza a internet e as tecnologias digitais para potencializar a mobilização e a ação política.

Por meio das plataformas digitais, indivíduos conseguem conectar-se, organizar-se e engajar-se em torno de causas comuns, independentemente de limitações geográficas. Vale ressaltar, contudo, que o ciberativismo vai além das fronteiras virtuais, manifestando-se também em ações presenciais, como protestos e outros formatos de mobilização coletiva, conforme aponta Milhomens (2022).

Ainda segundo Milhomens (2022), a possibilidade de qualquer pessoa produzir e disseminar informação representa um avanço significativo nesse contexto. Complementando essa perspectiva, Gohn (2013) enfatiza o papel da globalização tecnológica na organização dos movimentos sociais, mostrando como as ferramentas de comunicação – especialmente a internet e as redes sociais – ampliaram o alcance e a capacidade de articulação desses movimentos em escala mundial.

No Brasil, um exemplo emblemático de mobilização nas redes foi o movimento *#VemPraRua*, que se popularizou em 2013 e teve papel central na convocação de manifestações em diversas cidades brasileiras. Di Felice (2017) analisou o papel das redes sociais digitais como ferramentas estratégicas de mobilização para os movimentos sociais contemporâneos e, ao abordar especificamente o *#VemPraRua*, o autor destacou a internet como espaço privilegiado de articulação e difusão de informações, capaz de fomentar uma opinião pública mais crítica e informada, ao mesmo tempo em que possibilita a organização de ações coletivas de forma descentralizada e horizontal.

As redes, conforme aponta Ricci (2013), conectam emoções, micronarrativas e comentários sobre o cotidiano, dando origem a uma espécie de “comunidade de intenções”. Em muitos casos, essa conexão se desdobra em uma escalada coletiva de indignação ou admiração, impulsionada por afetos compartilhados. Para o autor, tais sentimentos emergem de um terreno fértil – um *húmus* simbólico característico da subjetividade contemporânea – “alimentado pela sensação de autonomia e pela iniciativa individual que, por afinidade, se soma a uma multidão auto-organizada”.

Segundo Ricci (2013), as redes sociais não atuam apenas como instrumentos de convocação, mas participam da própria configuração da organização e da mobilização. São espaços onde se forjam comunidades entrelaçadas por vínculos de identidade e afeto, que se estruturam em torno de laços simbólicos mais do que por hierarquias ou comandos centralizados. Nessa mesma linha, Bringel (2013) observa que os protestos de 2013 no Brasil, por exemplo, também foram intensificados por práticas como a *Floodagem* – estratégia que

consiste em disseminar massivamente conteúdos e convocatórias pelas redes digitais, com o objetivo de engajar mais pessoas e ampliar o alcance das manifestações.

Percebemos assim que as redes digitais desempenham um papel central na mobilização e nas novas formas de organização política, impulsionadas pela conectividade das tecnologias digitais. Então, segundo Lemos (2002), o ciberativismo se configura como uma vertente do ativismo que se beneficia das características da internet – como descentralização, horizontalidade e a capacidade de conectar pessoas e grupos diversos. O autor ressalta tanto as vantagens quanto os desafios dessa prática, destacando a importância de unir mobilizações online e offline para promover transformações sociais efetivas.

Já Milhomens (2022) propõe que o ciberativismo pode ser classificado em três categorias principais. A primeira refere-se às iniciativas de conscientização e apoio, que consistem em ações voltadas à difusão de informações e à divulgação de eventos, com o objetivo de romper o bloqueio imposto pela mídia hegemônica. A segunda categoria compreende a organização e mobilização, na qual a internet é utilizada para articular e promover ações que podem acontecer tanto no ambiente virtual quanto no presencial. Por fim, há o *hacktivismo*, entendido como o ativismo realizado por *hackers* e frequentemente associado a crimes ou a intervenções digitais de cunho político ou social.

Paolo Gerbaudo (2021) oferece uma análise crítica sobre o papel das redes sociais nas mobilizações e disputas políticas das sociedades digitalizadas. O autor examina detalhadamente as práticas e estratégias comunicacionais desenvolvidas tanto nos ambientes virtuais quanto nos espaços públicos, contrapondo-se à noção de que esses protestos seriam manifestações espontâneas, marcadas por estruturas horizontais e ausência de liderança. Segundo ele (2020, p. 24) as redes sociais permitem a criação de uma “coreografia de assembleia”, em que processos simbólicos constroem espaços públicos coletivos e orientam a união de grupos individualizados e dispersos. Essa dinâmica desafia a ideia, comum entre especialistas, de que tais movimentos ocorrem de forma espontânea e sem coordenação ou liderança.

Gerbaudo (2021) destaca ainda que o ciberativismo representa uma importante ação coletiva tanto no ambiente virtual quanto no presencial, sendo fundamental para a efetividade dos movimentos sociais. Contudo, aponta desafios relevantes como a dificuldade de coordenação entre ativistas, a ausência de legitimidade institucional e a possibilidade de manipulação de informações na internet. Ele ressalta que o ciberativismo deve atuar como complemento das mobilizações presenciais, e não como uma alternativa completa a elas.

Silveira (2014) também ressalta que a mobilização online nem sempre resulta em ações concretas no mundo offline, sendo fundamental a articulação entre meios digitais e presenciais para a promoção de mudanças sociais significativas. Nesse sentido, o ciberativismo parece contribuir para o fortalecimento da democracia ao oferecer espaço para que grupos historicamente marginalizados organizem-se, manifestem suas pautas e exerçam sua cidadania, pressionando instituições políticas por uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, Milhomens (2022), complementa essa análise ao apontar que as práticas de ativismo social e digital, que surgem da necessidade de expressão individual ou coletiva diante de insatisfações sociais, buscando dar visibilidade a causas diversas, tem limitações.

Tatagiba e Teixeira (2021), nesse sentido, discute o fenômeno da mobilização social online e sua relação com o jornalismo, oferecendo uma análise crítica sobre as articulações entre movimentos sociais, participação política e práticas jornalísticas. Para o autor, os movimentos sociais representam formas legítimas de canalizar a participação cidadã e promover mudanças significativas na sociedade contemporânea. Ele, assim como Bruno (2008), alerta também para os riscos associados às tecnologias de vigilância digital, que vêm sendo amplamente utilizadas para monitorar e controlar a vida dos indivíduos. Grandes empresas de tecnologia, ao coletar dados pessoais e comportamentais, constroem mecanismos de classificação e controle populacional que ameaçam direitos fundamentais.

Nesse contexto, Silveira (2014) ressalta a urgência de consolidar uma cultura digital crítica, pautada na defesa da privacidade, da liberdade de expressão e da autonomia dos sujeitos. Para o autor, é imprescindível assegurar o reconhecimento da diversidade dos indivíduos e dos grupos sociais, sobretudo aqueles historicamente envolvidos em lutas por justiça e equidade. Nesse mesmo horizonte, Nunes (2023) propõe a construção de uma política do comum, ancorada na gestão compartilhada de recursos e na articulação de formas colaborativas de solidariedade e cooperação. Ao enfatizar o uso consciente das redes digitais como instrumento de transformação social, ele aponta para a importância do fortalecimento de vínculos comunitários e da ampliação da participação cidadã como pilares de um ativismo mais enraizado e democrático.

É neste contexto, que é importante destacar o ciberativismo protagonizado pelos povos originários. Esse tipo de ativismo tem como elemento central o resgate – ou as ações de resistência – dos valores culturais, políticos e territoriais desses povos. Tais práticas se alinham ao conceito de “identidade de resistência” proposto por Castells (2017). Para ele essas identidades coletivas operam, por um lado, como formas de resistência frente à

dominação exercida e, por outro, como mecanismos de fortalecimento e, em certos casos, de radicalização contra essas próprias estruturas de poder.

No caso dos povos oriundos da floresta, a luta pela preservação do meio ambiente e dos recursos naturais está diretamente associada à sua defesa da vida, dos territórios e das culturas indígenas. Trata-se de uma resistência que abarca também a proteção dos direitos humanos em suas múltiplas dimensões – do direito à vida, à alimentação, saúde e educação. Nesse cenário, um dos principais motores que impulsionam esses sujeitos e coletivos militantes é o que Castells (2017, p. 35) denomina como “poder da identidade”, ou seja, a força mobilizadora das identidades construídas em torno da defesa da dignidade e da sobrevivência de seus modos de vida.

VOZES DIGITAIS NO X-TWITTER

No *X-Twitter*, um dos focos de nossa pesquisa, realizamos antes uma análise exploratória das *hashtags* #CadêOsYanomami e sua variante #CadeOsYanomami. O uso das *hashtags* no *X-Twitter* assume uma característica específica em relação a outras plataformas: mais do que apenas classificar conteúdos ou contextualizar discursos, elas funcionam como ferramentas de propagação de ideias, convocação para o protesto e disseminação de reivindicações.

Nesse sentido, a *hashtag* cumpre um papel performativo, marcando o espaço digital como território de resistência e engajamento. Observa-se, assim, que o *X-Twitter* não opera apenas como um espaço discursivo para relatos, mas também como ambiente de mobilização. Essa função é análoga à “panfletagem” digital descrita por Bastos, Raimundo e Travitzki (2012), que apontam como a plataforma serve para difundir mensagens de maneira rápida, horizontal e com forte potencial de viralização.

Para a delimitação do corpus e coleta de dados, utilizamos a ferramenta de busca da própria plataforma, considerando o período de 25 de abril a 25 de maio de 2022. O objetivo foi resgatar publicações que utilizassem essas *hashtags* em seus conteúdos. A seleção do material baseou-se na aba *Principais (Top)*, que reúne as postagens de maior relevância conforme os critérios algorítmicos da rede social, como engajamento, alcance e pertinência ao termo pesquisado. Como resultado, identificamos 100 tweets, que compuseram o corpus da pesquisa e foram organizados em quatro etapas distintas para análise.

A seleção foi conduzida de forma criteriosa, buscando representar a diversidade de vozes e discussões presentes no ambiente digital. Os critérios adotados incluíram a data de publicação, o conteúdo textual das postagens, além da diversidade de fontes e perfis de usuários. Essa abordagem dialoga com o que propõe Castells (2017), ao destacar o papel central da internet na emergência de novas formas de ativismo e mobilização social. Cada etapa da análise considerou um intervalo específico de tempo, dentro do período delimitado, conforme será detalhado a seguir.

A primeira etapa da análise, correspondeu ao período de 25 de abril a 2 de maio de 2022, e teve como objetivo capturar os primeiros dias após a denúncia inicial do caso, com a intenção de identificar as reações imediatas e as mobilizações iniciais da comunidade virtual. Conforme analisa Nunes (2023), compreender esse momento é essencial para avaliar a eficácia das mobilizações em redes sociais, especialmente nos estágios iniciais, quando as dinâmicas de engajamento começam a se formar.

Contudo, nesse período inicial, o buscador da plataforma *X-Twitter* não apresentou resultados com as *hashtags* analisadas. Essa ausência também é relevante, pois evidencia os limites técnicos e as lacunas algorítmicas das plataformas digitais – algo que Di Felice (2017) discute ao enfatizar o papel estratégico das redes digitais na organização de movimentos sociais. Silveira (2014), por sua vez, também chama a atenção para as dificuldades de alcance, visibilidade e permanência das pautas nos fluxos algorítmicos da internet.

A segunda etapa da análise, referente ao período de 03 a 09 de maio de 2022, identificou um total de 84 tweets relacionados ao caso, evidenciando uma ampliação do engajamento e a continuidade das discussões nas redes. Enquanto a primeira etapa refletia a necessidade inicial de chamar atenção para a gravidade da denúncia, esta fase revelou a construção e consolidação da narrativa dos eventos – um processo que se desenrolava em tempo real (Cancian, Moura e Malini, 2013). Essa construção discursiva traduziu os acontecimentos como marcadamente violentos, especialmente no que diz respeito à relação entre os principais atores envolvidos.

Observamos, nesse período, o uso mais intenso de *hashtags* que não apenas demarcam o contexto narrativo dos acontecimentos, mas também sinalizam envolvimento afetivo e posicionamento político. Por outro lado, *hashtags* de caráter mais panfletário – aquelas com foco na convocação ou na denúncia direta – nesse momento, tornam-se mais conectadas entre si e, ao mesmo tempo, menos ligadas ao contexto específico dos protestos. Essa dinâmica reforça os múltiplos usos do *X-Twitter* enquanto plataforma de mobilização e expressão

pública, conforme discutido por Bastos, Raimundo e Travitzki (2012), que destacam suas funções como espaço de engajamento discursivo, emocional e político.

A terceira etapa da análise, correspondente ao período de 10 a 16 de maio de 2022, identificou apenas 12 *tweets* com as *hashtags* relacionadas ao caso, indicando uma queda expressiva no volume de publicações. Em contrapartida, o período analisado sucede o auge do interesse midiático, marcado pela ampla divulgação do caso e pelas manifestações de autoridades que negaram, publicamente, a ocorrência concreta dos fatos denunciados.

Com base nos dados coletados, foi possível observar que o interesse e o engajamento digital não se mantiveram constantes, revelando um esvaziamento das discussões nas redes sociais e uma diminuição significativa no uso das *hashtags*. Essa dinâmica está em consonância com a crítica formulada por Malini e Antoun (2013) sobre o papel da mídia na cobertura de movimentos sociais e nas novas formas de ação comunicativa, apontando a volatilidade das atenções digitais diante da lógica efêmera dos novos fluxos informacionais.

Esse fenômeno também é abordado por Tatagiba e Teixeira (2021), ao analisar a relação entre ativismo digital e cobertura jornalística, destacando como a oscilação da visibilidade midiática pode afetar diretamente a continuidade das mobilizações nas redes. De modo semelhante, Nunes (2023) discute as transformações nas formas de mobilização política mediadas por tecnologias digitais, avaliando a eficácia e os limites das ações em rede quando não há sustentação contínua do engajamento público.

Na quarta e última etapa da análise, referente ao período de 17 a 25 de maio de 2022, conseguimos avaliar os desdobramentos finais do ativismo digital em torno do caso, verificando como ocorreram as mudanças de enfoque e o surgimento de novos eventos que ajudaram a desencadear discussões adicionais. Nessa fase, porém, constatamos uma quase total ausência de engajamento: apenas 04 *tweets* abordaram o tema pesquisado durante esse intervalo. Esse esvaziamento ocorreu após a Polícia Federal e o Ministério Público negarem a ocorrência da tragédia denunciada – uma posição amplamente repercutida pela mídia tradicional. Essa reação institucional e sua difusão pela imprensa influenciaram diretamente a percepção pública do caso.

Após a seleção dos 100 *tweets* distribuídos ao longo das quatro etapas, realizamos uma análise mais qualitativa do conteúdo dessas postagens. Essa análise incluiu a identificação de temas recorrentes, argumentos predominantes, sentimentos expressos e estratégias retóricas mais utilizadas pelos usuários (Krippendorff, 2013). Cabe ressaltar de imediato que a aba *Tops* da plataforma *X-Twitter*, utilizada para a seleção do corpus, não necessariamente

apresenta os *tweets* com maior número de curtidas, comentários ou compartilhamentos. A lógica de visibilidade aplicada pela plataforma não é explicitada e os critérios que determinam a aparição de um conteúdo nessa aba permanecem opacos.

Além disso, as postagens exibidas não seguem, obrigatoriamente, uma ordem cronológica. Aqui vale lembrar os postulados de Bruns e Burgess (2015) que discutem como os algoritmos dessas plataformas influenciam diretamente na visibilidade dos conteúdos e, conseqüentemente, na construção das narrativas públicas. Como o foco da pesquisa está na compreensão do processo de construção discursiva na plataforma, a cronologia linear não foi o único critério adotado. Assim, priorizamos a identificação de elementos que permitissem contextualizar os sentidos em disputa ao longo do tempo, mais do que a simples sequência temporal dos eventos.

Para auxiliar na análise da construção discursiva nas redes, Yang (2016) propõe o conceito de agência narrativa, fundamentado nas proposições de Campbell (2005) sobre agência retórica. Essa noção permite compreender como os sujeitos constroem e negociam sentidos de forma coletiva e situada, especialmente em ambientes digitais mediados por plataformas. Segundo Yang (2016), a agência narrativa apresenta quatro características principais: comunal, inventada, hábil e multifacetada.

Então, ao analisar os principais *tweets* destacados pela plataforma, observamos de forma clara a presença da primeira característica da agência narrativa: a participação de diversos indivíduos com diferentes profissões, origens, nacionalidades e inserções sociais, conectados temporariamente pela *hashtag*. Aí postagens originalmente individuais tornaram-se coletivas ao expressarem sentimentos compartilhados. Nesse processo, quando um *tweet* era publicado com a *hashtag*, outros usuários interagiam por meio de curtidas e *retweets* como forma de aprovar e reforçar a mensagem ali contida. A atenção voltava-se menos para quem publicava e mais para o conteúdo expressado, conferindo centralidade à narrativa construída de forma colaborativa.

Ainda que perfis de celebridades e influenciadores tenham contribuído para a amplificação inicial da discussão, os dados analisados indicam que foi a multiplicidade de pequenos perfis e sua constância de engajamento que sustentaram o debate e garantiram sua circulação. Essa lógica é coerente com a abordagem de Castells (2017), que afirma que o poder nas redes digitais é descentralizado, fluido e distribuído por múltiplos nós – ou seja, não depende exclusivamente de figuras centrais ou altamente influentes, mas da densidade e da repetição das conexões que se estabelecem em torno de uma causa comum.

Em segundo lugar, os participantes do movimento podem ser considerados inventores no sentido retórico, na medida em que, como sujeitos historicamente situados, encontraram formas de conectar passado e presente por meio de suas expressões simbólicas (Yang, 2016). A própria criação e circulação de uma *hashtag* insere-se nesse movimento criativo. Bruns e Burgess (2015) argumentam que as *hashtags* funcionam como “marcadores *ad hoc*”, permitindo que usuários conectem conversas dispersas em torno de temas comuns, transformando essas interações fragmentadas em narrativas coesas.

Mais do que isso, observa-se o uso simultâneo de diversas outras *hashtags*, que ampliam o escopo do debate e o vinculam a contextos políticos e sociais mais amplos. *Hashtags* como #SOSYanomami, #BastaDeViolência, #PovoIndígenaResiste, #ForaBolsonaro e #ForaGarimpo, entre outras, refletem temas sensíveis que já haviam ganhado visibilidade em outros momentos e denunciam o contexto vivido no Brasil à época – marcado por políticas de negligência, omissão e ataque sistemático às comunidades indígenas, sobretudo durante um governo de orientação conservadora e autoritária. Cada uma dessas *hashtags*, colocadas em associação com #CadêOsYanomami, contribui para a composição de uma narrativa ampliada, na qual diferentes vozes constroem, em rede, sentidos compartilhados sobre aquele momento histórico. Jenkins (2008) descreve esse fenômeno como uma forma de narrativa transmídia.

A terceira característica, talvez a mais evidente, é a diversidade nas formas de expressão utilizadas pelos participantes. As postagens analisadas apresentaram-se de modos variados: apenas em formato textual, acompanhadas de uma ou mais imagens, vídeos, *retweets* com comentários, ilustrações e até desenhos relacionados ao tema. Jenkins (2008) destaca essa multiplicidade de mídias como traço distintivo da cultura da convergência, na qual diferentes formatos colaboram para compor uma narrativa mais densa, polifônica e envolvente.

Essas múltiplas linguagens – que incluíam poemas, produções artísticas, registros fotográficos e relatos testemunhais – desempenharam papel central na construção de uma narrativa de resistência e denúncia. Ao utilizar a *hashtag* #CadêOsYanomami, cada usuário pôde se engajar na mobilização de maneira singular, escolhendo a linguagem e o formato com os quais mais se identificava. Bruns e Burgess (2015) explicam que as *hashtags* atuaram como agregadoras de discursos, reunindo múltiplas vozes e perspectivas em torno de um mesmo tema. Esse mecanismo permite que expressões individuais componham uma narrativa

coletiva, ao mesmo tempo diversa e convergente, refletindo a pluralidade de experiências, afetos e posicionamentos dentro desse movimento.

Por fim, é importante reconhecer que esse tipo de manifestação digital também carrega limitações e riscos, especialmente pela possibilidade de incorporar visões dissociadas ou mesmo contrárias ao movimento em questão. No caso analisado, embora tenha sido reduzido o número de *tweets* contrários à causa indígena, ou que negavam o ataque sofrido pelo povo Yanomami, a própria criação e circulação da *hashtag* gerou controvérsias. Papacharissi (2011) aponta essa ambivalência, ao destacar que, embora as plataformas digitais favoreçam a mobilização de apoios, também se configuram como espaços de disputa, sujeitos à circulação de contranarrativas, discursos de ódio e desinformação.

Embora não muito numerosas, rapidamente surgiram postagens afirmando que o caso era uma invenção da esquerda e que os eventos denunciados jamais teriam ocorrido. Alguns usuários passaram a menosprezar o suposto ataque, relativizando os relatos e questionando as narrativas construídas. Isso pode ser relacionado as considerações de Boyd (2014), que analisa como as redes sociais tendem a amplificar dinâmicas de câmaras de eco, nas quais informações e pontos de vista são continuamente reforçados dentro de bolhas ideológicas, favorecendo a polarização e o fechamento ao diálogo. Essa dinâmica também reflete o conceito de enclaves polarizados, proposto por Sunstein (2001), segundo o qual o ambiente digital, especialmente nas redes sociais, pode intensificar visões extremas, ao criar espaços onde apenas perspectivas similares circulam, inibindo o confronto com ideias divergentes e limitando a possibilidade de um debate público plural e saudável.

A PERSPECTIVA JORNALÍSTICA

Para complementar a análise, também foram consideradas notícias e desdobramentos relacionados ao caso, com o objetivo de situar a narrativa dentro de sua temporalidade social e midiática. Para isso, foram utilizados três procedimentos principais na construção da análise qualitativa das matérias jornalísticas sobre o tema: a pré-análise, a categorização e o tratamento dos dados. Na primeira fase, realizamos a seleção das matérias jornalísticas que abordavam o caso da menina Yanomami e a hashtag *#CadêOsYanomami*, publicadas entre 25 de abril e 25 de maio de 2022, nos portais *FolhaBV* e *G1 Roraima*. Considerando o recorte temporal e editorial estabelecido, a amostra final foi composta por 28 matérias disponíveis nas versões online desses dois veículos.

Na segunda etapa, referente à categorização, foram elaboradas categorias temáticas de análise que permitiram a codificação do material tanto sob uma perspectiva quantitativa quanto qualitativa, possibilitando compreender como se deu a apuração e a divulgação das notícias. O corpus foi, então, organizado em quatro classes principais de conteúdo: denúncia; investigação das autoridades; *hashtag* #CadêOsYanomami; e atuação política.

Na terceira fase da análise, constatamos que a maioria das produções jornalísticas identificadas se limitava a notícias com baixo grau de aprofundamento. Apenas 04 textos jornalísticos incluíram mais de uma fonte no mesmo conteúdo. Berger (2003) argumenta que o discurso jornalístico se sustenta na credibilidade dos sujeitos envolvidos no processo comunicativo – fontes, jornalistas e veículos –, razão pela qual é fundamental examinar com atenção as fontes que compõem a notícia.

Entre as 28 matérias analisadas, verificamos que 50% apresentavam apenas uma fonte de informação; 41,6% utilizaram duas fontes; matérias com três fontes representaram só 5,5% do total; e apenas 2,77% das reportagens incluíram mais de três fontes. Esses dados revelam uma limitada diversidade de vozes, sugerindo uma cobertura com pouca pluralidade e escassa contraposição de versões. Assim, as matérias que compõem o corpus deste estudo demonstram uma cobertura limitada pela baixa diversidade de fontes, comprometendo a amplitude e a complexidade do debate público sobre o caso.

Outra constatação relevante diz respeito à escassa presença de indígenas como fontes nas matérias analisadas. Para nós não é possível tratar de temas relacionados à questão indígena sem ouvir diretamente os próprios indígenas. No entanto, em boa parte das reportagens, a palavra é delegada a representantes institucionais ou autoridades que falam *sobre* os indígenas, mas raramente *com* eles. Na amostra examinada, apenas oito matérias – incluindo o *GI Roraima* e a *FolhaBV* – continham falas de indígenas como fontes diretas, o que corresponde a aproximadamente 30% do total analisado.

Consideramos o estudo e a reflexão sobre as fontes no jornalismo fundamentais para uma compreensão crítica do próprio campo. Pinto (2000, p. 277) destaca essa importância ao enfatizar que as fontes não são neutras: elas operam a partir de interesses próprios e recorrem a estratégias e táticas discursivas bem definidas. Essas práticas, segundo o autor, remetem a posições e relações sociais específicas, a pontos de vista particulares e a contextos históricos e espaciais determinados

Como reforça Machado (2006, p. 03), os discursos jornalísticos, ainda que orientados por protocolos técnicos, estão impregnados de elementos simbólicos que produzem sentidos

para além do que é dito explicitamente. Nesses termos, as matérias que compõem o corpus deste estudo revelam uma cobertura limitada, marcada por uma baixa diversidade de vozes. Tal limitação compromete a amplitude e a complexidade do debate público, especialmente em um caso que demanda escuta qualificada e múltiplas perspectivas, como o que envolve os povos Yanomami.

Por sua vez, as entrevistas realizadas com as editoras-chefes Valéria Oliveira, do *GI Roraima*, e Dina Vieira, da *FolhaBV*, revelaram outros aspectos relevantes sobre as rotinas de produção jornalística no contexto da cobertura do caso *#CadêOsYanomami*. Ao serem questionadas sobre o entendimento do caso e a abordagem editorial adotada por seus respectivos veículos, ambas ofereceram contribuições que permitem compreender as diferentes estratégias e enquadramentos jornalísticos.

Valéria Oliveira relatou que a cobertura do *GI Roraima* teve início ainda antes da ampla repercussão nacional do caso, indicando uma atenção precoce aos indícios de violação de direitos na Terra Indígena Yanomami. Essa postura pode ser relacionada ao conceito de jornalismo reflexivo proposto por Muniz Sodré (2002), que defende um jornalismo atento à complexidade dos acontecimentos e comprometido com a mediação crítica da realidade.

Por sua vez, Dina Vieira destacou que a linha editorial da *FolhaBV*, ao priorizar a denúncia feita por Júnior Hekurari Yanomami, expressa um compromisso com a apuração direta a partir de fontes primárias e confiáveis. Tal conduta remete às teorias de Luiz Beltrão (1980) sobre o jornalismo de precisão e a ética na reportagem, nas quais o rigor informativo e a responsabilidade social do jornalista são princípios estruturantes. Ademais, a escolha editorial também ecoa os estudos sobre o processo de *gatekeeping* no jornalismo, especialmente no que diz respeito à seleção das pautas e à definição de prioridades que contribuem para a relevância e integridade da cobertura.

Ao serem questionadas sobre a percepção da relevância do caso *#CadêOsYanomami* para a comunidade local em Roraima e as estratégias adotadas para conectar essa pauta aos interesses e preocupações da população em nível nacional, as editoras-chefes apontaram abordagens distintas, mas complementares. Valéria Oliveira (*GI Roraima*) ressaltou a importância de compreender e apresentar as múltiplas nuances do caso, especialmente no contexto de uma cobertura voltada a públicos diversos. Sua resposta pode ser relacionada ao conceito de jornalismo mais contextual desenvolvido por Christofolletti (2021), que defende a produção de sentidos a partir da contextualização ampla e aprofundada dos fatos.

A estratégia adotada por Valéria Oliveira, ao incorporar o tráfego de buscas ao planejamento editorial e tentar responder a todas as dúvidas suscitadas pela audiência, também reflete os princípios do jornalismo digital discutidos por Suzana Barbosa (2004). Por outro lado, Dina Vieira (*FolhaBV*) destacou que, em Roraima, onde a presença do garimpo ilegal é uma questão cotidiana e sensível, pautas como a do desaparecimento da comunidade Aracaçá e das denúncias de violência contra os Yanomami são frequentemente atravessadas por tensões políticas e sociais, gerando posições polarizadas na opinião pública.

Quando questionadas sobre os critérios adotados para a abordagem editorial do caso e eventuais cuidados em relação ao tom da cobertura, as editoras-chefes apresentaram perspectivas que evidenciam o compromisso com a responsabilidade jornalística diante de uma pauta sensível e de grande repercussão. Valéria Oliveira (*GI Roraima*) destacou que o caso foi tratado como uma denúncia grave que exigia apuração rigorosa e criteriosa. Essa postura pode ser analisada à luz das reflexões de Lins e Silva (1988), para quem o jornalismo investigativo exerce papel fundamental nesses contextos, sobretudo em situações que envolvem comunidades historicamente marginalizadas.

Já Dina Vieira (*FolhaBV*) explicou que a linha editorial adotada visou responder à mobilização impulsionada pela hashtag *#CadêOsYanomami*, assumindo uma postura de cobrança às autoridades competentes. Essa perspectiva encontra respaldo nas ideias de Eugênio Bucci (2000), ao defender o jornalismo como um espaço público de vigilância e responsabilização, voltado à promoção da transparência e à defesa do interesse coletivo. A preocupação expressa por Vieira em retratar os modos de vida do povo Yanomami, bem como em oferecer elementos de contextualização sociocultural da notícia, também dialoga com os fundamentos do jornalismo contextual, conforme discutido por Barbosa (2004). Para a autora, oferecer contexto amplo e aprofundado é essencial para garantir que o público compreenda de forma crítica e informada a complexidade dos acontecimentos noticiados.

Em relação aos principais desafios enfrentados na cobertura do caso *#CadêOsYanomami*, Valéria Oliveira (*GI Roraima*) destacou a ausência de informações oficiais e a distância geográfica dos acontecimentos como os principais obstáculos. A escassez de dados provenientes de fontes institucionais dificultou a verificação dos fatos e comprometeu, em certa medida, a precisão narrativa, o que revela uma limitação estrutural do jornalismo diante de contextos de difícil acesso e baixa transparência. A dificuldade imposta pela distância física em relação ao local dos eventos reforça as reflexões de Tuchman (1978),

que aponta como os fatores logísticos influenciam a construção da notícia e a própria definição do que se torna notícia em contextos de cobertura remota.

Já Dina Vieira (*FolhaBV*) enfatizou os desafios decorrentes do alto volume de informações circulando nas redes sociais. Essa observação remete à teoria da sobrecarga informacional desenvolvida por Eppler e Mengis (2004), que alerta para os riscos da fragmentação e dispersão da atenção diante do excesso de dados, dificultando a triagem, a interpretação e a tomada de decisões. Nesse ambiente de hiperconectividade e fluxo contínuo de conteúdos, a atuação jornalística assume também uma função de curadoria, como propõe Bruns e Burgess (2015), na medida em que os profissionais da imprensa precisam selecionar, organizar e verificar as informações mais relevantes para oferecê-las ao público de forma clara, contextualizada e confiável.

Como vimos, os desafios enfrentados pelas redações não se restringem à coleta de dados em si, mas envolvem também o enfrentamento da desinformação e da rapidez com que os conteúdos circulam no ambiente digital. No que diz respeito às demandas do ativismo digital em torno do caso e à maneira como os veículos responderam às discussões e críticas nas redes sociais – especialmente no que tange a eventuais adaptações na estratégia editorial em resposta às vozes online – Valéria Oliveira (*GI Roraima*) afirmou ter mantido uma cobertura isenta, com foco no que estava sendo apurado oficialmente. Essa postura remete à concepção de jornalismo, já discutida por Tuchman (1978).

Por sua vez, Dina Vieira (*FolhaBV*) destacou que a resposta editorial da *Folha* priorizou o monitoramento das redes e a produção de conteúdos que atendessem ao interesse dos leitores engajados com o tema, sem que isso implicasse uma mudança na linha editorial do jornal. Essa conduta reflete a proposta de jornalismo reflexivo apresentada por Kovach e Rosenstiel (2001), que defende a necessidade de os veículos avaliarem criticamente suas práticas, adaptando-se às transformações do ecossistema comunicacional sem comprometer sua integridade.

Ao serem questionadas sobre os principais aprendizados obtidos pela equipe editorial ao lidar com o caso *#CadêOsYanomami*, bem como sobre eventuais mudanças ou ajustes nos processos editoriais em decorrência dessa experiência, Valéria Oliveira (*GI Roraima*) destacou que uma das principais lições foi compreender que nem sempre uma fonte considerada oficial deve ser automaticamente tomada como absolutamente segura, dado os ruídos e contradições que marcaram a cobertura do caso. Tal constatação reforça a

importância da verificação rigorosa e da escuta plural no exercício jornalístico, especialmente em situações sensíveis que envolvem violações de direitos humanos.

Por sua vez, Dina Vieira (*FolhaBV*) apontou como principal aprendizado a necessidade de o jornalismo profissional acompanhar e monitorar constantemente as redes sociais, compreendendo-as como um termômetro das demandas informacionais da audiência. Para ela, essa vigilância digital exige do jornalista uma postura proativa, que combine agilidade na apuração com o zelo pela exatidão e correção – atributos essenciais à manutenção da credibilidade e da confiança do público.

No que diz respeito à interação com o público durante a cobertura, Valéria Oliveira enfatizou o esforço do *GI Roraima* em produzir reportagens precisas e detalhadas, com o objetivo de oferecer à comunidade acesso a informações confiáveis. Tal estratégia pode ser compreendida em consonância com o conceito de jornalismo de serviço, que valoriza a função social da imprensa como instrumento de empoderamento cívico.

Já Dina Vieira (*FolhaBV*) mencionou que, embora o jornal não tenha desenvolvido mecanismos específicos de diálogo direto com a comunidade, as redes sociais da *FolhaBV* permaneceram atentas às manifestações e reações dos leitores. Essa postura pode ser analisada a partir da perspectiva do jornalismo participativo (Singer, 2011), que reconhece o papel ativo da audiência na co-construção das narrativas jornalísticas. Ademais, o acompanhamento contínuo das redes sociais como fonte de feedback e de construção colaborativa do noticiário reflete o conceito de jornalismo em rede proposto por Beckett (2008), segundo o qual as plataformas digitais oferecem oportunidades ampliadas de interação, articulação e coprodução entre jornalistas e sociedade.

Quanto ao feedback da comunidade local em relação à cobertura do caso *#CadêOsYanomami*, e sobre possíveis momentos em que essas vozes influenciaram decisões editoriais, Valéria Oliveira (*GI Roraima*) destacou o número expressivo de acessos às reportagens como um forte indicativo de confiança e de expectativa por parte do público. Tal fenômeno ainda pode ser interpretado à luz da teoria dos usos e gratificações de Blumler e Katz (1974), que argumenta que os indivíduos recorrem ativamente aos meios de comunicação com o objetivo de satisfazer necessidades informativas, emocionais ou sociais.

O retorno recorrente dos leitores às atualizações publicadas pelo *GI Roraima* também sugere que o veículo conseguiu alinhar sua produção jornalística às demandas da sua comunidade leitora. No que diz respeito às decisões editoriais, a abordagem adotada pelo portal também se insere na lógica do jornalismo de serviço, cuja prioridade é atender às

necessidades informacionais do público, sem renunciar ao compromisso com os princípios éticos e profissionais (Kovach e Rosenstiel, 2001). Por sua vez, Dina Vieira (*FolhaBV*) explicou que, embora o caso tenha gerado grande repercussão, o veículo optou por manter-se fiel a uma linha editorial voltada à apuração rigorosa dos fatos, evitando atribuições prematuras de responsabilidade. Essa postura se alinha à teoria do jornalismo discutida por Tuchman (1978), que defende a importância de relatar os acontecimentos com precisão, priorizando a verificação factual sobre juízos de valor.

Ao refletirem sobre como suas respectivas plataformas abordaram o caso e interagiram com as demandas do ativismo digital, Valéria Oliveira (*GI Roraima*) enfatizou a interdependência entre o jornalismo e as redes sociais, reconhecendo o papel central da audiência digital na amplificação da cobertura. Essa observação dialoga com a teoria da convergência de mídias de Jenkins (2008), que demonstra como a interação entre diferentes ambientes comunicacionais – tradicionais e digitais – redefine as práticas de produção, circulação e recepção de conteúdos noticiosos.

Dina Vieira (*FolhaBV*) complementou afirmando que, diante de casos como esse, é essencial que o jornalista mantenha o distanciamento necessário em relação a suas convicções pessoais, evitando tomar como verdade qualquer narrativa antes da apuração completa dos fatos. Ainda assim, a editora reconheceu que o episódio teve um efeito mobilizador importante, chamando a atenção das autoridades para a situação de abandono vivida por muitas comunidades indígenas. Segundo ela, o caso expôs não apenas a violência contra os povos originários, mas também a degradação ambiental dos territórios por eles habitados, realidades muitas vezes invisibilizadas na cobertura cotidiana da mídia tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, iniciamos a análise discutindo as redes sociais e o ativismo digital para, em seguida, nos debruçarmos sobre o caso *#CadêOsYanomami*. A partir desse recorte empírico, investigamos as vozes que emergiram no ambiente digital, particularmente no *X-Twitter*, e a forma como essas vozes dialogaram ou entraram em tensão com a cobertura jornalística promovida por dois veículos locais: o *GI Roraima* e a *FolhaBV*. O cruzamento entre essas duas esferas – o ativismo digital e o jornalismo – revelou um cenário comunicativo denso e multifacetado, que nos ajuda a entender um pouco melhor as configurações do ecossistema comunicativo contemporâneo, permeado por uma avalanche de

informações, por narrativas múltiplas e perspectivas distintas, nem sempre equalizadas nas produções circulantes.

A análise do caso *#CadêOsYanomami* evidenciou o papel central das plataformas digitais como arenas contemporâneas de mobilização política, onde a *hashtag* se configurou não apenas como um marcador discursivo, mas como um dispositivo de articulação narrativa e ação coletiva. Nesse sentido, ela funcionou como catalisadora de sentimentos, denúncias e solidariedades, criando uma comunidade de afetos e intenções que extrapolou os limites da rede, impactando a agenda pública e midiática. A repercussão nacional do caso demonstrou como a lógica das redes – horizontal, rizomática e afetiva – pode tensionar as estruturas institucionais tradicionais, colocando em pauta demandas históricas negligenciadas, como os direitos dos povos indígenas e as violências sistêmicas vividas por eles.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou os limites dessa mobilização digital, especialmente no que tange à sua sustentabilidade no tempo e à vulnerabilidade às contranarrativas. Embora tenha havido forte engajamento nas primeiras semanas, a rápida dissipação do interesse coletivo após a negação oficial dos fatos aponta para a fragilidade das mobilizações digitais frente à desinformação, ao silenciamento institucional e à efemeridade dos *trending topics*. Como discutido antes, as redes sociais também são territórios de disputa simbólica, marcados por câmaras de eco, bolhas ideológicas e enclaves polarizados, o que pode comprometer a construção de consensos públicos amplos e informados.

No campo jornalístico, a atuação do *GI Roraima* e da *FolhaBV* mostrou-se fundamental para dar densidade e legitimidade à cobertura do caso. Apesar das dificuldades inerentes à apuração em territórios distantes e à escassez de fontes oficiais, os veículos buscaram cumprir sua função social, promovendo uma cobertura que, em diferentes graus, respondeu às inquietações levantadas pelas redes. A análise das entrevistas com as editoras-chefes permitiu compreender como essas redações negociaram as pressões do tempo real, da viralização e da ética informacional, bem como refletiram sobre seus próprios processos editoriais diante de um caso sensível e de repercussão nacional.

Nossa pesquisa demonstra, portanto, que o cruzamento entre ciberativismo e jornalismo não deve ser visto como uma oposição, mas como uma zona de interações possíveis – por vezes conflituosas, por vezes complementares. Se por um lado o ativismo digital contribui para pautar temas invisibilizados, por outro, o jornalismo pode conferir profundidade, verificação e contextualização às denúncias, colaborando para que a indignação não se dissolva em ruído, mas se transforme em ação qualificada e informada.

Concluímos, assim, que a qualidade da informação jornalística ainda é um fator decisivo para a formação de uma opinião crítica, plural e sensível às injustiças sociais. Em contextos de alta volatilidade informacional, como o que vivemos, torna-se ainda mais urgente fortalecer espaços de escuta, análise e responsabilização, tanto nas redes quanto na mídia tradicional.

Creemos que o caso *#CadêOsYanomami* reafirma a necessidade de um fazer jornalístico interseccional, multiplataforma e de debate público comprometido com os direitos humanos, a justiça socioambiental e com a reparação histórica dos povos originários. Só que, mais do que nunca, é preciso reconhecer o papel transformador de uma comunicação mais integral e integrada, quando praticada com responsabilidade, ética e compromisso com a coletividade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2017.

BARBOSA, Suzana. Banco de dados como metáfora para o jornalismo digital de terceira geração. In: **LUSOCOM – CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 6., 2004, Covilhã. Anais [...]. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2004. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-banco-dados-metaphora-para-jornalismo-digital-terceira-geracao.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, Marco T.; RAIMUNDO, Rafael Luis G.; TRAVITZKI, Rodrigo. Gatekeeping Twitter: message diffusion in political hashtags. **Media, Culture & Society**, v. 35, n. 2, p. 260–270, mar. 2013. Disponível em: 10.1177/0163443712467594. Acesso em: 19 mai. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Diálogos com David Lyon. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECKETT, Charlie. **SuperMedia: Saving Journalism So It Can Save the World**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed.Ufrgs, 2003.

BLUMLER, Jay G.; KATZ, Elihu (eds.). **The Uses of Mass Communications: Current Perspectives on Gratifications Research**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1974.

BOYD, Dinah. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Zizi. (Ed.). **Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites**. New York: Routledge, 2011, p. 39-58.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 42-51, 2013a. Disponível em: https://www.academia.edu/8526539/_2013_Miopias_sentidos_e_tend%C3%A2ncias_do_levante_brasileiro_de_2013. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 10-16, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4410>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRUNS, Axel; BURGESS, Jean. Twitter hashtags from ad hoc to calculated publics. In: RAMBUKKANA, N. (org.). **Hashtag publics: the power and politics of discursive networks**. New York: Peter Lang Publishing, 2015. p. 13-28.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAMPBELL, Karlyn K. Agency: promiscuous and protean. **Communication and Critical/Cultural Studies**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 3-16, mar. 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1479142042000332134>. Acesso em: 20 mai. 2025.

CANCIAN, Allan; MOURA, Gabriel; MALINI, Fábio. A tecnopolítica das multidões inteligentes: uma análise do #25S no Twitter. In: **INTERCOM SUDESTE** (18.º Congresso da Região Sudeste), 2013, Bauru. *Anais...* Bauru: Intercom, 2013. Disponível em: <https://www.labic.net/wp-content/uploads/2015/09/Tecnopolitica-das-multid--es-inteligentes.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O que pensam os jornalistas brasileiros sobre a transparência das suas práticas? **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 1-12 (e-40656), jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2021.1.40656>. Acesso em: 20 mai. 2025.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. 1. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

EPPLER, Martin J.; MENGIS, Jeanne. The concept of information overload: a review of literature from organization science, accounting, marketing, MIS, and related disciplines. **The Information Society**, Abingdon (UK), v. 20, n. 5, p. 325-344, nov. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01972240490507974>. Acesso em: 20 mai. 2025

GERBAUDO, Paolo. **Redes e Ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. Cotia: Funilária, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2013.

- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The Elements of Journalism**: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect. New York: Crown Publishers, 2001
- KRIPPENDORFF, Klaus. **Content Analysis**: An Introduction to Its Methodology. 3. ed. Thousand Oaks (CA): SAGE Publications, 2013.
- LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias**: os bastidores da revolução de um jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- MACHADO, Elias. **O jornalismo digital em base de dados**. Florianópolis: Calandra, 2006.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MILHOMENS, Lucas. (Org.). **Comunicação, Questão Indígena e Movimentos Sociais**: reflexões necessárias. Manaus: Edua; Alexa Cultural, 2022.
- NUNES, Rodrigo. **Nem vertical nem horizontal**: uma teoria da organização política. São Paulo: UBU Editora, 2023.
- PAPACHARISSI, Zizi. (Ed.). **Networked Self**: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites. New York: Routledge, 2011.
- PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade**, Braga, Vol. 14, n. 1-2, p. 277–294, jan. 2000. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.
- RICCI, Rudá. #VEMpraRUA: outono brasileiro? Leituras. **Caderno IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 11, n. 191, p. 1–28, 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/521804-vempraru-otono-brasileiro-leituras>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- SANTI, Vilso Junior. **Mediação e midiaticização**: Conexões e desconexões na análise comunicacional. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; et al. (Org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- SINGER, Jane B. et al. **Participatory journalism**: guarding open gates at online newspapers. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.com**: conquering democracy in a digital age. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (Orgs.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: A Study in the Construction of Reality. New York: Free Press, 1978.

YANG, Guobin. Narrative agency in hashtag activism: the case of #BlackLivesMatter. **Media and Communication**, Lisboa, v. 4, n. 4, p. 13–17, ago. 2016. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/692>. Acesso em: 20 mai. 2025.